

PROCESSO N°.: 10530/000.624/94-55
RECURSO N°.: 110.799
MATÉRIA : IRPJ E OUTROS - EX: DE 1993
RECORRENTE : AUTO PEÇAS CAMPINENSE LTDA.
RECORRIDA : DRJ EM SALVADOR - BA
SESSÃO DE : 17 DE MARÇO DE 1998
ACÓRDÃO N°.: 108-04.978

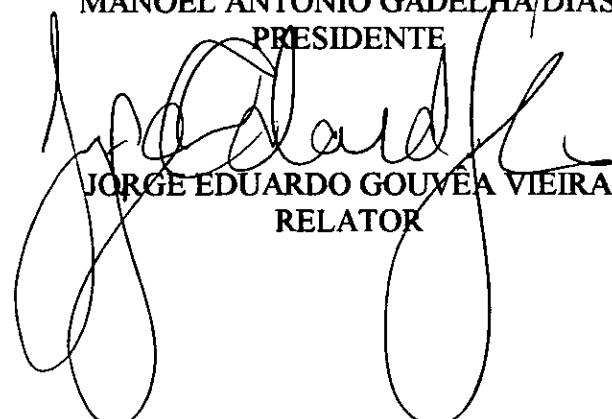
IRPJ - OMISSÃO DE RECEITAS - DIFERENÇAS VERIFICADAS ENTRE AS RECEITAS DECLARADAS E AS EFETIVAMENTE ESCRITURADAS: A diferença existente entre a receita constante da escrituração comercial e fiscal, de um lado, e indicada na Declaração de Rendimentos, de outro, caracteriza omissão de receitas e como tal deve ser tributada.

Recurso Improvido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso voluntário interposto por AUTO PEÇAS CAMPINENSE LTDA :

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de cerceamento do direito de defesa e, no mérito, DAR provimento parcial ao recurso, para CANCELAR a exigência da contribuição para o PIS-FATURAMENTO, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE


JORGE EDUARDO GOUVÉA VIEIRA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 20 ABR 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSÉ ANTONIO MINATEL, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, NELSON LÓSSO FILHO, ANA LUCILA RIBEIRO DE PAIVA, MÁRCIA MARIA LÓRIA MEIRA e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA.

RECURSO N° : 110.799
RECORRENTE : Auto Peças Campinense Ltda.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto por Auto Peças Campinense Ltda. contra a decisão de fls. 126/130, proferida pelo Delegado da Receita Federal em Salvador - BA, que julgou procedente o lançamento fiscal de fls. 03, relativo ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica correspondente ao exercício de 1993. Em decorrência, foram lavrados autos de infração referentes à Contribuição Social sobre o Lucro, ao Programa de Integração Social e à COFINS, consubstanciadas pelos lançamentos de fls. 33, 39 e 45, respectivamente.

A exigência tributária foi constituída em decorrência da fiscalização ter verificado, em ação fiscal realizada nas dependências da empresa autuada, a existência de irregularidade na documentação contábil e fiscal desta, caracterizada pela omissão de receitas provenientes da revenda de mercadorias, sem a regular emissão da respectiva nota fiscal, apurada mediante o levantamento do estoque de diversos itens, em cotejo aos registros de saídas e receitas oferecidas à tributação, na declaração de rendimentos referente ao IRPJ - ano-calendário de 1992.

Tal circunstância repercutiu em insuficiência na determinação da base de cálculo das contribuições federais decorrentes, fato que motivou a instauração dos procedimentos fiscais reflexos.

Tempestivamente, a autuada, apresentou impugnação às fls. 96/99, instruída com os documentos de fls. 100/101, relativamente ao lançamento principal, alegando, em síntese, o seguinte :

(i) que existe erro incontestável nos levantamentos elaborados pela autuante, os quais apontam divergências gritantes nas quantidades apuradas, bem como quanto aos valores que serviram de base de cálculo para o imposto reclamado;

(ii) que, para comprovar estas alegações, é necessário o exame de algumas centenas de documentos, e na consequente reconstituição de todos os demonstrativos através dos quais é possível identificar a realidade das operações efetivamente realizadas, razão pela qual, diante de tal impossibilidade, junta o demonstrativo de estoque de 1992, o qual, ao seu entender, fornece uma idéia bastante nítida das razões de defesa;

(iii) que a autuante não considerou todas as notas fiscais emitidas pela autuada, não informou a quantidade de mercadorias que saíram sem a emissão de notas fiscais, assim como não comprovou a metodologia empregada para a determinação da base de cálculo do imposto exigido, pelo que requer a realização de prova pericial para verificar tais quesitos;

(iv) finalmente, protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, requerendo a posterior juntada de documentos, a oitiva de testemunhas, perícia com arbitramento e quesitos, vistoria por outros prepostos fiscais que não a autuante, para pleitear a improcedência do Auto de Infração.

Quanto aos procedimentos reflexos, a autuada, oferece impugnações às fls. 102/108 (CSSL), 109/115 (PIS) e 116/122 (COFINS), dentro do prazo legal, reproduzindo integralmente as razões expostas no processo matriz.

A autoridade singular, julgou totalmente procedente a ação fiscal, negando a diligência pericial requerida, para manter o crédito tributário constituído pelos lançamentos efetuados, através da decisão de fls. 126/130, assim ementada :

“IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA.”

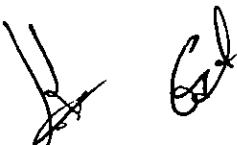
Cabe exigir-se o imposto, em ação fiscal, sobre receitas omitidas pelo contribuinte, detectadas por qualquer meio de prova válido, se a defesa apresentada não logra afastar o levantamento feito pelo agente do Fisco.

Lançamento de Ofício Procedente.”

A handwritten signature consisting of two stylized, overlapping letters, possibly 'V' and 'G', written in black ink.

Irresignada, a autuada, interpôs peça recursal às fls. 133/172, em tempo hábil, arguindo o cerceamento de seu direito de defesa, bem como reiterando as razões expostas na impugnação.

É o relatório.



V O T O

Conselheiro JORGE EDUARDO GOUVÊA VIEIRA, Relator:

Recurso tempestivo, dele conheço.

Inicialmente, cumpre esclarecer que não consta nos autos recurso voluntário dirigido à decisão proferida no procedimento matriz, referente ao IRPJ, mas tão somente com relação aos processos decorrentes, circunstância que coloca sob questionamento o interesse da Contribuinte em recorrer quanto à exação principal.

Contudo, tendo em vista que as peças recursais interpostas nos procedimentos reflexos, ratificam integralmente as razões esposadas na impugnação apresentada no processo matriz, deve-se observar a identidade entre as razões de recurso oferecidas e o *decisum* proferido nos presentes autos.

Desta forma, considerando os princípios que norteiam e definem a estrutura processual administrativa, especialmente face ao Princípio da Informalidade, devem ser relevadas as pequenas incorreções inerentes à forma, razão pela qual passarei a decidir de modo uniforme para todos os lançamentos constituídos.

O presente litígio versa sobre omissão de receitas provenientes da revenda de mercadorias, sem a regular emissão da respectiva nota fiscal, apurada mediante o levantamento do estoque de diversos produtos, em cotejo aos registros de saídas e receitas oferecidas à tributação pela contribuinte.

Como preliminar de recurso, a recorrente argui cerceamento no direito de defesa, em razão do julgador *a quo* ter indeferido o pedido de perícia formulado na peça impugnatória, com o objetivo de dirimir dúvidas suscitadas quanto aos demonstrativos elaborados pela fiscalização.

A recorrente alega que os levantamentos realizados pela ilustre agente fiscal apontam divergências gritantes, tanto nas quantidades apuradas quanto nos valores utilizados como base de cálculo para a exigência, porém, sem demonstrar, mediante a documentação pertinente, os pontos controversos que afirma existir nos demonstrativos que instruem o lançamento.

Ora, a recorrente apenas acosta à peça impugnatória, um demonstrativo de cálculo totalmente inócuo e sem qualquer amparo probatório, para justificar sua pretensão de macular a ação fiscal, fato caracterizador de mero expediente protelatório.

Desta forma, entendo como desnecessária e inconveniente a realização de exame pericial, face a coerência e regularidade dos demonstrativos elaborados pela fiscalização.

Quanto ao mérito, melhor sorte não assiste à Recorrente, haja vista que esta não carreou aos autos documentação que pudesse desconstituir a presente imputação fiscal, limitando-se a contestar o demonstrativo de cálculo que integra o Auto de Infração principal.

A questão ora em apreço trata-se de matéria fática, dependendo exclusivamente de elementos de prova.

Para sustentar suas assertivas, a recorrente acosta à peça impugnatória um singelo demonstrativo de estoque pela mesma levantado, destituído do documentário contábil e fiscal necessários para comprovar os valores apostos na respectiva planilha, assim como as operações efetivamente realizadas.

Por outra vertente, restou plenamente demonstrado pela Fiscalização a existência do ilícito fiscal imputado à recorrente, apurado com base no cotejo realizado entre os Levantamentos Quantitativos de Estoque, o Livro Registro de Inventário, e os valores constantes na Declaração de Rendimentos relativa ao exercício de 1993.

Nesse sentido, merece destaque a transcrição dos seguintes argestos :

“IRPJ - OMISSÃO DE RECEITAS - DIFERENÇAS VERIFICADAS ENTRE AS RECEITAS DECLARADAS E AS EFETIVAMENTE ESCRITURADAS.

A diferença existente entre a receita constante da escrituração comercial e fiscal, de um lado, e indicada na Declaração de Rendimentos, de outro, caracteriza omissão de receitas e como tal deve ser tributada.”

(Ac. n° 108.02852, Rel. Pres. Manoel Antônio Gadelha Dias, Sessão de 19.04.96)

“OMISSÃO DE RECEITAS.

Escrituração contábil que não abranja todas as operações da Pessoa Jurídica, justifica a presunção de Receita Omitida.”

(Ac. n° 102.27278, Rel. Cons. Júlio César Gomes da Silva, Sessão de 06.10.92)

Portanto, não vejo como modificar a decisão monocrática no tocante à exigência matriz, pois em conformidade à legislação tributária, bem como à jurisprudência esposada por este Órgão Colegiado.

Passo a examinar e decidir as autuações decorrentes.

É cobrada a contribuição para o PIS na modalidade faturamento, com as alterações introduzidas pelos Decretos - Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988.

Em outubro de 1995, foi publicada a Resolução nº 49 do Senado Federal, que teve o condão de suspender a execução dos Decretos-Leis acima mencionados, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Em 10 de abril de 1997, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa nº 31, do Sr. Delegado da Receita Federal, que determina a dispensa da constituição de créditos da Fazenda Nacional, bem como o cancelamento dos lançamentos relativos à contribuição para o PIS, exigida pela sistemática instituída pelos Decretos - Leis supra referidos.

Isto posto, deve ser cancelada a exigência inerente à contribuição para o PIS.

Quanto às exigências relativas à Contribuição Social sobre o Lucro e à COFINS, por se tratarem de lançamentos meramente reflexos, a jurisprudência deste Conselho é no sentido de que a sorte acolhida pelo principal, comunica-se ao decorrente, a menos que novos fatos ou argumentos sejam aduzidos, o que não ocorreu na espécie dos autos.

Pelo exposto, voto no sentido de rejeitar a preliminar de cerceamento do direito de defesa e, no mérito, dar parcial provimento aos recursos para, tão somente cancelar a exigência referente à contribuição para o PIS, face à suspensão da execução dos Decretos - Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, determinada através da Resolução nº 49 do Senado Federal.

É como voto.

Sala das Sessões (DF) , em 17 de março de 1998.

JORGE EDUARDO GOUVÉA VIEIRA

RELATOR

Gd